

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS COLINAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

EDUARDO SANTANA DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL:
letramento social e inclusão no mercado de trabalho em Colinas – MA

COLINAS - MA
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS COLINAS
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

EDUARDO SANTANA DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL:

letramento social e inclusão no mercado de trabalho em Colinas – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto
ao curso de Licenciatura em Letras na Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de
grau de Bacharel em Licenciatura em Letras.

Orientador: João Antônio de Sousa Lira

COLINAS – MA

2025

Souza, Eduardo Santana de.

Educação Especial: letramento social e inclusão no mercado de trabalho em Colinas – MA. / Eduardo Santana de Souza. - Colinas - MA, 2025.

21f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Letras Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Colinas, 2025.

Orientador: Prof. João Antônio de Sousa Lira.

1. Inclusão. 2. Pessoa com deficiência. 3. Mercado de trabalho. 4. Capacitismo. 5. Acessibilidade. I. Título.

CDU: 376(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

EDUARDO SANTANA DE SOUSA

EDUCAÇÃO ESPECIAL:

letramento social e inclusão no mercado de trabalho em Colinas – MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto
ao curso de Licenciatura em Letras na Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de
grau de Bacharel em Licenciatura em Letras.

Orientador: João Antônio de Sousa Lira

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. João Antônio de Sousa Lira

Professor

Professor

RESUMO

Este estudo busca entender como se desenvolvem os conhecimentos sociais necessários para que pessoas com deficiência possam participar do mercado de trabalho em Colinas – MA. Para isso, analisamos fatores estruturais, culturais e educacionais que influenciam esse processo. Partimos do princípio de que, mesmo com leis importantes, como a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho é garantida pela Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que asseguram direitos e igualdade de oportunidades, mas, ainda há uma grande diferença entre o que a legislação determina e o que realmente acontece no dia a dia, especialmente em cidades do interior. Aqui, o letramento social é visto como um conjunto de habilidades de comunicação, cultura e interação que permite às pessoas participar plenamente de diferentes ambientes sociais e profissionais (Soares, 2020; Street, 2021). Para quem tem deficiência, esse letramento é fundamental para fortalecer sua autonomia, aumentar as chances de conseguir emprego e participar ativamente da sociedade. A pesquisa foi feita de forma qualitativa e descritiva, usando questionários aplicados a três empresas na cidade. Os resultados mostram que, embora existam algumas ações pontuais de inclusão, ainda faltam políticas mais estruturadas, treinamentos profissionais e conhecimentos sobre práticas inclusivas e o próprio conceito de letramento social. Entre os obstáculos estão limitações nos recursos físicos, atitudes preconceituosas, falta de acessibilidade e a ausência de formação contínua. Além disso, o estudo revela que lugares como Colinas – MA enfrentam esses desafios ainda mais intensamente por falta de recursos profissionais especializados e programas de capacitação. Os dados indicam que promover o letramento social ajuda a fortalecer a autonomia das pessoas com deficiência e sua entrada no mercado de trabalho. No entanto, isso depende de ações integradas entre empresas, instituições de ensino e o governo. Concluímos que a inclusão no trabalho depende tanto de boas políticas públicas quanto de uma mudança cultural e social que valorize a diversidade e os direitos dessas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Letramento social; Pessoa com deficiência; Mercado de trabalho; Capacitismo; Políticas públicas; Acessibilidade.

ABSTRACT

This study seeks to understand how the social skills necessary for people with disabilities to participate in the labor market in Colinas, Maranhão, are developed. To this end, we analyzed structural, cultural, and educational factors that influence this process. We started from the principle that, even with important laws such as the Quota Law and the Statute of Persons with Disabilities, there is still a large difference between what the legislation determines and what actually happens in daily life, especially in inland cities. Here, social literacy is seen as a set of communication, cultural, and interaction skills that allows people to fully participate in different social and professional environments. For people with disabilities, this literacy is fundamental to strengthening their autonomy, increasing their chances of getting a job, and actively participating in society. The research was conducted qualitatively and descriptively, using questionnaires applied to three companies in the city. The results show that, although there are some specific inclusion actions, there is still a lack of more structured policies, professional training, and knowledge about inclusive practices and the very concept of social literacy. Among the obstacles are limitations in physical resources, prejudiced attitudes, lack of accessibility, and the absence of continuous training. Furthermore, the study reveals that places like Colinas – MA face these challenges even more intensely due to a lack of resources, specialized professionals, and training programs. The data indicate that promoting social literacy helps strengthen the autonomy of people with disabilities and their entry into the job market. However, this depends on integrated actions between companies, educational institutions, and the government. We conclude that inclusion in the workplace depends both on good public policies and on a cultural and social change that values diversity and the rights of these people.

KEYWORDS: Inclusion; Social literacy; Person with disability; Job market; Ableism; Public policies; Accessibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 DESENVOLVIMENTO	9
2.1 Inclusão e Educação Especial no Contexto Brasileiro	9
2.2 O Letramento Social como Ferramenta para Inclusão	12
2.3 Mercado de Trabalho e Barreiras à Inclusão	13
METODOLOGIA	15
CONCLUSÃO	18

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda representa um grande desafio no Brasil atual, especialmente em cidades do interior, como Colinas -MA, onde obstáculos estruturais, culturais e educacionais dificultam a implementação efetiva de políticas inclusivas (IBGE, 2022; GARCIA; MAIA, 2021). Nas últimas décadas, leis importantes como a Lei de Cotas nº 8.213/1991 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146 foram revistas e reforçadas em seus conceitos, contudo, a existência dessas normas não garante sua aplicação prática. Mendes e Silva (2021, p. 57) afirmam que “a legislação inclusiva ainda não se traduz totalmente em práticas institucionais capazes de oferecer condições justas de trabalho às pessoas com deficiência”, evidenciando uma discrepância entre regra e ação.

Diante disso, fica claro que a inclusão não depende apenas de leis, mas também de ações para eliminar barreiras atitudinais, comunicacionais e socioculturais. Pesquisas recentes indicam que indivíduos com deficiência ainda lidam com preconceito, obstáculos de acessibilidade, ausência de qualificação profissional e desconhecimento acerca do papel social da inclusão (IBGE, 2023; IPEA, 2023; OBSERVADH, 2024). Albuquerque e Farias (2022, p. 47) destacam que o mercado de trabalho brasileiro “ainda reproduz modelos capacitistas que dificultam o reconhecimento das habilidades profissionais das pessoas com deficiência”, impedindo sua participação plena e autonomia.

Entender o letramento social como uma ferramenta importante para a inclusão é algo fundamental, especialmente em comunidades que enfrentam limitações estruturais e de formação. De acordo com Ribeiro e Batista (2022), o letramento social vai além de apenas ler e escrever; ele envolve práticas sociais relacionadas à comunicação, à participação cidadã, à compreensão dos códigos culturais e à interação social em diferentes ambientes, incluindo o local de trabalho. Moura e Pinheiro (2023, p. 18) acrescentam que “o letramento social funciona como um mediador nas relações sociais e profissionais, ajudando pessoas com deficiência a entenderem as dinâmicas das instituições, as interações simbólicas e as exigências comunicativas presentes no ambiente de trabalho”. Assim, o letramento social ajuda a fortalecer a autonomia das pessoas e amplia suas possibilidades de entrar e permanecer no mercado de trabalho formal.

Essa ideia fica ainda mais importante quando olhamos para a realidade do município de Colinas, no Maranhão. A cidade, que fica no interior, tem cerca de 41.745 habitantes (IBGE,

2024) e uma área de aproximadamente 1.980,6 km². Está a cerca de 440 km da capital São Luís e funciona como um centro regional. No entanto, por estar longe dos grandes centros urbanos, o acesso a cursos de qualificação profissional, programas de reabilitação, instituições de ensino superior maiores e políticas de incentivo ao emprego é mais difícil. Essa situação territorial e demográfica aumenta as desigualdades no acesso aos letramentos sociais ligados à inclusão, criando obstáculos relacionados à atitude, à comunicação e à formação que dificultam a plena integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho local.

Carvalho e Santos (2020, p.55) argumentam que “as cidades pequenas enfrentam maiores obstáculos para implementar políticas inclusivas devido à insuficiência financeira, fraqueza nas redes de apoio e à falta de capacitação adequada dos profissionais envolvidos”. Essa situação prejudica diretamente uma maior equidade na participação social dessas pessoas.

Além das dificuldades relacionadas às instituições, é importante entender que a inclusão no mercado de trabalho também é afetada por questões culturais mais profundas. Um ponto central nisso tudo é o capacitismo, que é formado por crenças, atitudes e práticas que dão mais valor a corpos e habilidades considerados “normais”, enquanto desqualificam, infantilizam ou subestimam as pessoas com deficiência (MELLO; NUERNBERG, 2020; DINIZ, 2021). Essa visão molda as percepções sociais, afeta as relações diárias e se manifesta diretamente no mercado de trabalho, criando barreiras simbólicas tão relevantes quanto as físicas e institucionais.

Quando essa perspectiva capacitista está presente, muitas vezes se assume erroneamente que pessoas com deficiência são menos produtivas, menos capazes ou incapazes de atuar com autonomia. Nesse cenário, o preconceito se manifesta de maneira sutil, como ao desconsiderar suas qualificações, restringir suas oportunidades profissionais ou presumir fragilidade e dependência. Borges e Almeida (2024, p. 22) ressaltam que “o capacitismo continua sendo uma barreira invisível, porém poderosa na exclusão do trabalhador com deficiência no Brasil”. Assim sendo, promover inclusão exige mudanças não só estruturais, mas também culturais e educativas capazes de desconstruir estereótipos tradicionais e fomentar uma visão mais ampla da diversidade humana.

Ao conectar inclusão e letramento social, percebe-se que desenvolver habilidades comunicativas, sociais e culturais é fundamental para garantir às pessoas com deficiência o direito de atuar plenamente no mercado de trabalho. Essa visão requer esforços coordenados entre escolas, centros de treinamento, bibliotecas públicas e empresas privadas. Segundo Oliveira e Ramos (2023, p. 28), “a verdadeira inclusão no mercado de trabalho só acontece

quando diferentes setores da sociedade colaboram para criar condições iguais no acesso, na formação e na valorização da diversidade”.

Ao examinar como os letramentos sociais voltados à inclusão se manifestam em Colinas – MA, a questão central deste estudo é: como se constituem os letramentos sociais para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Colinas – MA?, dessa forma, o objetivo geral tem como foco analisar como se constitui os letramentos sociais para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Colinas - MA. Para atingir essa finalidade, temos três objetivos específicos: entender as dificuldades que as instituições enfrentam para incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Colinas–MA, levando em conta a opinião das empresas pesquisadas. Também queremos descobrir como as organizações percebem o letramento social e de que forma esse entendimento influencia as práticas de inclusão no ambiente de trabalho. Além disso, o estudo busca analisar ações e adaptações que as empresas têm feito para promover a inclusão de pessoas com deficiência na sua equipe.

Este artigo está organizado em quatro partes: a introdução, que expõe o problema da pesquisa e os objetivos; a parte do desenvolvimento, onde são abordados a inclusão e educação no contexto brasileiro, o letramento social como ferramenta para inclusão e, mercado de trabalho e barreiras à inclusão; a abordagem metodológica, que detalha o caminho utilizado na pesquisa; e, por último, a conclusão, que resume os resultados encontrados, ressaltando os obstáculos e as oportunidades para promover a inclusão no mercado de trabalho em Colinas-MA.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Inclusão e Educação Especial no Contexto Brasileiro

A formação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende do entendimento de que todas as pessoas têm direito de participar de forma plena e digna na vida social, independentemente das suas condições individuais. No campo da Educação Especial, esse princípio exige a superação dos modelos tradicionais baseados na segregação, adotando práticas pedagógicas que acolham e valorizem a diversidade humana. Segundo Lima e Moreira (2021, p. 60), “a inclusão escolar só se torna real quando a escola rompe com padrões normativos e passa a entender a diferença como parte fundamental do processo educativo”.

Estudos como o de Mantoan (2015, p. 28) demonstram que muitas instituições ainda não conseguem abandonar os métodos tradicionais de ensino, que acabam excluindo ou

silenciando estudantes com deficiência. Consoante Albuquerque e Farias (2022, p. 19), “a escola brasileira tem avançado no discurso de inclusão, mas ainda falta implementar práticas que garantam participação plena e aprendizado significativo para todos”. Portanto, é crucial um esforço conjunto para transformar as práticas educativas e eliminar dispositivos que mantêm históricas exclusões.

Nesse contexto, é importante destacar que incluir na escola vai além de matricular estudantes com deficiência, é necessário criar ambientes verdadeiramente acessíveis, acolhedores e capazes de atender às particularidades do processo de aprendizagem. Segundo Oliveira e Silva (2023, p. 38), estar fisicamente na sala de aula não garante inclusão, é fundamental assegurar a participação, o sentimento de pertencimento e o crescimento do estudante. As autoras destacam que a inclusão escolar envolve interações significativas, mediações intencionais e estratégias pedagógicas que valorizem a individualidade de cada aluno, para que ele não esteja apenas presente no ambiente escolar, mas também realmente engajado no processo de aprender. Para elas, uma inclusão genuína ocorre quando a escola oferece condições para que cada estudante possa se expressar, adquirir conhecimentos, estabelecer relações sociais e desenvolver autonomia, deixando de lado práticas que simplesmente acolhem sem promover uma participação ativa.

Costa e Mendes (2024, p. 52) destacam que muitos professores ainda enfrentam dificuldades na abordagem da diversidade devido à falta de formação adequada, o que demonstra a necessidade urgente de implementar políticas permanentes de capacitação. Elas acrescentam que esse desafio vai além do uso de estratégias pedagógicas, incluindo também a compreensão das diferentes maneiras de aprender, o conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e a necessidade de superar práticas escolares tradicionais que contribuem para o fracasso acadêmico. Para elas, a formação continuada deve ser constante, coletiva e integrada ao dia a dia da escola, permitindo que os professores ganhem confiança para atuar de forma inclusiva, planejem intervenções mais eficientes e reforcem o compromisso institucional com a equidade.

Outro aspecto relevante refere-se aos preconceitos e atitudes capacitistas ainda presentes no ambiente escolar, influenciando negativamente nas percepções sobre o potencial dos estudantes com deficiência. Segundo Borges e Almeida (2024, p. 61), o capacitismo ainda é comum nas escolas, mostrando-se por meio de expectativas mais baixas, insegurança entre os professores e pouca valorização das habilidades dos estudantes com deficiência. As autoras explicam que essa discriminação muitas vezes acontece de forma silenciosa e rotineira, através

de comentários, escolhas pedagógicas e atitudes que reforçam a crença de que esses alunos aprenderiam menos ou teriam sempre potencial menor. Além disso, elas ressaltam que o capacitismo impede que os professores identifiquem diferentes formas de aprendizagem, dificultando a criação de ambientes verdadeiramente participativos. Como resultado, as exclusões simbólicas são tão prejudiciais quanto as físicas ou pedagógicas, pois afetam a autoestima, reduzem as chances de participação e comprometem o desenvolvimento escolar e social desses estudantes.

Promover uma inclusão realmente efetiva na escola vai muito além de aplicar algumas ações pontuais de vez em quando. É preciso repensar as formas de ensinar que já estão enraizadas, enfrentando modelos que, ao longo da história, foram feitos para padronizar comportamentos, horários e jeitos de aprender. Na prática, muitas dificuldades na inclusão acontecem porque ainda usamos modelos rígidos, que não dialogam com a diversidade de estudantes que temos nas salas de aula. Nesse cenário, Ribeiro e Antunes (2021, p. 44) ressaltam que “a flexibilização pedagógica é o caminho mais eficiente para promover aprendizado e participação de todos os estudantes, independentemente das diferenças”. Essa ideia reforça que a escola deve reconhecer a diversidade como um princípio fundamental de educação, e não como um obstáculo.

Além do aspecto pedagógico, é importante entender que a responsabilidade pela inclusão não é só dos professores ou das equipes escolares. Para que ela aconteça de verdade, é preciso um trabalho conjunto entre a comunidade, o governo e as redes de apoio. Segundo dados da PNAD Contínua, pessoas com deficiência têm uma taxa de emprego mais baixa e estão mais presentes em trabalhos informais quando comparadas àquelas sem deficiência. Isso mostra que ainda há muitas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho formal (IBGE, 2022, p. 5). Essas dificuldades costumam ser ainda maiores em cidades menores e no interior do país, onde a falta de recursos, a pouca oferta de cursos de formação profissional contínua e a ausência de apoio técnico adequado dificultam a implementação de políticas de inclusão. Carvalho e Santos (2020, p. 57) observam que “a fragilidade das redes municipais compromete diretamente a qualidade da inclusão, especialmente em cidades do interior onde faltam recursos, profissionais especializados e programas de capacitação”. Essa situação mostra que a inclusão não fracassa por falta de vontade individual, mas porque depende de apoio político, financeiro e institucional.

É preciso construir uma escola que veja a diversidade como um valor ético e político. Nesse sentido, Oliveira e Ramos (2023, p. 29) sintetizam bem: “uma escola inclusiva exige

planejamento cuidadoso, capacitação contínua, sensibilidade social e compromisso político para reconhecer a diversidade não como um problema, mas como uma potencialidade educativa”. Essa compreensão reforça que a inclusão é um processo contínuo, que envolve mudar práticas pedagógicas, rever discursos institucionais e criar ambientes onde todos possam aprender, se desenvolver e participar plenamente.

Portanto, ao refletirmos sobre esses desafios pedagógicos, estruturais e culturais, fica claro que uma verdadeira inclusão exige uma postura ativa tanto das escolas quanto do poder público. Também é importante mudar a forma de pensar das pessoas, indo além de apenas cumprir as regras legais. Essa mudança deve envolver alterações nas práticas das instituições, nas atitudes dos profissionais e na maneira como a inclusão é vista no dia a dia escola. Nesse, este trabalho ajuda ao analisar as ações que as instituições pesquisadas adotam, mostrando os desafios e as oportunidades da inclusão na rotina escolar. Além disso, destaca a importância do letramento social como uma estratégia para estimular a participação, a autonomia e o sentimento de pertencimento. Ao abordar esses pontos, a pesquisa aponta caminhos que ainda precisam ser seguidos para que a inclusão se torne uma realidade mais efetiva, contínua e realmente atendendo às necessidades das pessoas com deficiência.

2.2 O Letramento Social como Ferramenta para Inclusão

O letramento inclui também práticas sociais, culturais e de comunicação que ajudam as pessoas a participarem ativamente de diferentes momentos do dia a dia. Soares (2020, p. 17), ao revisar seus estudos sobre o tema, reforça que o letramento deve ser visto como uma prática social que envolve o uso real da leitura e da escrita na vida tanto pública quanto privada. Rojo (2021, p. 52), ao falar sobre multiletramentos e práticas sociais, destaca a importância das interações culturais e das várias formas de participação para entender o letramento na sociedade atual. Conforme Duarte e Nogueira (2021, p. 18), “o letramento é um fenômeno social manifestado nas interações, nas práticas discursivas e na maneira como as pessoas utilizam a linguagem para agir no mundo”.

Essa visão tem estimulado debates contemporâneos sobre a necessidade de expandir as atividades de letramento, especialmente para grupos que historicamente enfrentam marginalização, como indivíduos com deficiência. Mendes e Castro (2023, p. 33) afirmam que, nesse público, “o letramento social representa não só uma ferramenta de comunicação, mas

também um meio de autonomia e participação cidadã”, destacando a importância de criar ambientes acessíveis às práticas sociais mediadas pela linguagem.

Além disso, o letramento social é visto como uma parte essencial para ajudar as pessoas a desenvolverem autonomia em situações onde precisam tomar decisões, resolver problemas ou participar de ações em grupo. Isso porque ele melhora a habilidade de agir de forma crítica diante das demandas sociais e institucionais (ROCHA; ALMEIDA, 2020, p. 42). Segundo Rocha e Almeida (2020, p. 42), “o letramento social ajuda a pessoa a entender as dinâmicas socioculturais presentes no trabalho e a se posicionar de forma mais crítica e participativa”. Essa perspectiva reforça que o letramento não se resume às habilidades escolares; trata-se de uma ferramenta vital na vida adulta.

Segundo Pletsch (2021, p. 22) as práticas de leitura e escrita estão relacionadas ao dia a dia e ajudam a fortalecer a autonomia, melhorar a comunicação prática e facilitar a tomada de decisões, pontos importantes para quem deseja atuar no mundo do trabalho. Da mesma forma, Mendes e Tannús-Valadão (2023, p. 47) destacam que desenvolver habilidades de comunicação e conhecimentos socioculturais aumenta a participação na sociedade e ajuda na construção de trajetórias profissionais mais independentes, pois permite que a pessoa compreenda regras, se relacione bem com colegas e entenda as demandas nos ambientes de trabalho. Por isso, as pesquisas atuais concordam ao dizer que o letramento social contribui diretamente para fortalecer a autoestima, garantir maior autonomia e melhorar a compreensão dos aspectos socioculturais que envolvem o trabalho hoje em dia.

Por fim, estudos recentes destacam que políticas públicas e ações educacionais precisam incorporar o letramento social como elemento central na formação integral das pessoas com deficiência. A ausência dessa preparação prejudica a inclusão plena e limita o desenvolvimento de competências necessárias à participação social. De acordo com Carvalho e Mendes (2024, p. 58), “promover o letramento social deve ser prioridade em programas educativos inclusivos porque ele permite aos sujeitos entenderem os aspectos culturais, comunicativos e institucionais que moldam suas relações profissionais e sociais”. Nesse contexto o letramento social surge como condição essencial para construir trajetórias profissionais mais justas e acessíveis.

2.3 Mercado de Trabalho e Barreiras à Inclusão

Os progressos nas políticas de inclusão no Brasil são importantes, mas ainda não são suficientes para assegurar que as pessoas com deficiência possam entrar e permanecer no

mercado de trabalho de forma plena (IBGE, 2022, p. 6). As leis que buscam promover a inclusão ampliaram direitos e criaram práticas mais justas, porém muitas instituições ainda enfrentam obstáculos que dificultam a implementação dessas ações de forma eficaz. Borges e Almeida (2024, p. 41) ressaltam que o mercado de trabalho brasileiro “mantém barreiras estruturais e culturais profundamente enraizadas, que dificultam não só a entrada, mas também a permanência das pessoas com deficiência no emprego”, destacando que essas dificuldades continuam existindo mesmo com as leis importantes já criadas. Isso reforça a importância de analisar não apenas a existência das políticas, mas também como elas são colocadas em prática no dia a dia das empresas.

Entre os principais desafios estão a falta de acessibilidade nas estruturas físicas, a insuficiência de tecnologia assistiva adequada e dificuldades na comunicação, que prejudicam o desempenho no trabalho. Além disso, muitas empresas ainda não oferecem programas contínuos de capacitação ou estratégias de adaptação profissional que ajudem no desenvolvimento de habilidades específicas. Lima e Farias (2022, p. 57) observam que “a baixa oferta de formação especializada compromete seriamente a autonomia e a competitividade das pessoas com deficiência no mercado formal”, mostrando que a desigualdade no acesso à qualificação é um dos fatores mais relevantes para sua empregabilidade.

Mesmo após serem contratadas, muitas pessoas com deficiência enfrentam discriminações, algumas mais explícitas, outras mais sutis que prejudicam seu desempenho, seu bem-estar e seu crescimento profissional. Mendes e Castro (2023, p. 73) explicam que “o capacitismo ainda é naturalizado nas relações de trabalho, muitas vezes se manifestando em expectativas menores, desconfiança na produtividade e menor reconhecimento das habilidades”, evidenciando que o problema também tem uma forte raiz cultural e reforça a necessidade de ações educativas constantes.

A falta de qualificação profissional voltada às necessidades específicas dessas pessoas é outro desafio relevante, especialmente em regiões onde há poucos cursos ou oportunidades de capacitação. Oliveira e Ramos (2023, p. 66) apontam que “a desigualdade no acesso à qualificação reforça limitações históricas e contribui para trajetórias profissionais menos estáveis”, mostrando o quanto políticas educacionais e programas de treinamento alinhados às demandas do mercado são essenciais.

No interior do país, como em Colinas – MA, esses obstáculos se intensificam ainda mais, pois contam com a limitação de recursos públicos, a falta de equipamentos adequados e a escassez de profissionais especializados dificultam bastante a implementação efetiva das

ações inclusivas. Carvalho e Santos (2020, p. 29) destacam que “municípios menores enfrentam barreiras adicionais, decorrentes da fragilidade das suas redes de apoio e da insuficiência de infraestrutura para promover a inclusão”, tornando o enfrentamento dessas questões ainda mais complicado. Isso mostra como é fundamental considerar as particularidades locais na hora de planejar estratégias eficientes para promover a inclusão no trabalho.

Nesse cenário, o letramento social aparece como uma ferramenta importante para fortalecer a participação das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Ele ajuda na compreensão dos códigos institucionais, na interpretação das normas e na interação autônoma em diferentes ambientes profissionais. Duarte e Nogueira (2021, p. 52) afirmam que “políticas inclusivas que não levam em conta o letramento social perdem parte significativa do seu potencial formador”, reforçando que a inclusão vai além da capacitação técnica, ela também exige compreensão das práticas sociais presentes no ambiente laboral atual.

Por fim, estudos recentes reforçam a importância de analisar os contextos locais e regionais para entender melhor os obstáculos reais à inclusão. Pesquisas mostram que o impacto das políticas depende diretamente da adaptação às necessidades específicas de cada região. Souza e Martins (2024, p. 84) afirmam que “as ações inclusivas só geram mudanças importantes quando respeitam as particularidades das comunidades e articulam recursos, demandas e características culturais locais”. Por isso, compreender a realidade de Colinas – MA é essencial para desenvolver estratégias mais eficazes, justas e sustentáveis na promoção da inclusão no trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa foi feita com uma abordagem qualitativa, Esse jeito de entender as coisas é típico da abordagem qualitativa, que dá mais importância à compreensão dos significados que as pessoas atribuem às suas práticas, percepções e experiências. Ao contrário dos métodos quantitativos, que focam na medição e na quantidade dos fenômenos, a pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos processos sociais. Por isso, ela é especialmente útil para estudar temas complexos como inclusão, letramento social e relações de trabalho (MINAYO, 2021; FLICK, 2020). Por isso, o estudo também é considerado descritivo, pois observou, registrou e analisou como as práticas de inclusão acontecem nas empresas, descrevendo comportamentos, percepções e condições, sem interferir nelas.

O estudo foi realizado em três empresas situadas em Colinas – MA, escolhidas por conveniência e pela disponibilidade de participação, apesar de ser uma amostra pequena, ela ajudou a captar informações importantes sobre como diferentes setores da cidade entendem e praticam a inclusão de pessoas com deficiência. Para coletar os dados, foi usado um questionário on-line no Google Forms, com perguntas abertas e fechadas. Essas perguntas ajudaram a entender a estrutura das empresas, se elas têm ou não trabalhadores com deficiência, quais práticas de inclusão são adotadas e qual é a percepção sobre o papel do letramento social no ambiente de trabalho. Os dados foram organizados e analisados de forma qualitativa, garantindo o anonimato dos participantes.

ANÁLISE DE DADOS

Quadro 1 - Caracterização geral das empresas participantes

Empresa	Ramo da atividade	Quantidade de funcionário	Quantidade de funcionário com deficiência
Empresa 1	Comércio varejista	12	1
Empresa 2	Prestação de serviços	25	0
Empresa 2	Atacado e distribuição	18	1

Fonte: Autor (2025).

A análise inicial mostra que as três empresas envolvidas atuam em setores diferentes da economia de Colinas – MA, o que ajuda a ter uma visão mais completa sobre a realidade da cidade. Verificamos que apenas duas delas têm funcionários com deficiência, enquanto uma ainda não conta com nenhum colaborador neste grupo. Isso indica que, embora existam algumas ações voltadas à inclusão, o processo ainda não está sendo feito de forma uniforme entre as empresas locais. Além disso, o número de funcionários com deficiência é baixo, o que pode sugerir dificuldades na contratação, na qualificação ou até mesmo barreiras de atitude durante o processo de seleção. Essa quantidade reduzida reforça a ideia de que a inclusão ainda é algo limitado por aqui, mostrando a necessidade de mais esforços em divulgar, capacitar e criar políticas internas que favoreçam essa diversidade.

Quando 2: Informações complementares do questionário

Empresa	Possui política formal de inclusão?	Oferece formação sobre inclusão aos funcionários?	Adaptações realizadas no ambiente de trabalho
Empresa 1	Não	Não	Adequação do espaço físico básico
Empresa 2	Parcial	Não	Nenhuma adaptação
Empresa 2	Não	Sim	Ajustes de equipamentos e flexibilização de tarefas

Fonte: autor (2025)

Os dados mostram diferenças importantes no compromisso das empresas com políticas de inclusão. A Empresa 1 não tem uma política formal nem oferece treinamentos, limitando-se apenas a fazer algumas adaptações simples no espaço físico. A Empresa 2 parece estar um pouco mais preocupada com o tema, mas ainda não tomou ações concretas para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo. Já a Empresa 3 está mais estruturada: possui uma política formal, oferece treinamentos aos funcionários e fez adaptações específicas no ambiente de trabalho. Esses resultados indicam que, mesmo com alguns avanços, as empresas de Colinas ainda precisam investir mais em capacitação dos trabalhadores, na criação de políticas claras e na compreensão mais ampla do letramento social como uma ferramenta importante para promover a inclusão.

Quando 3: Percepções das empresas sobre inclusão e letramento social

Empresa	Compreende o conceito de letramento social?	Considera o letramento relevante para inclusão?	Principais desafios apontados
Empresa 1	Parcial	Não	Falta de qualificação profissional
Empresa 2	Não	Não soube responder	Pouco conhecimento sobre políticas públicas

Empresa 2	Sim	Sim	Dificuldade de encontrar candidatos preparados
-----------	-----	-----	--

Fonte: Autor (2025).

O terceiro quadro mostra uma grande diferença na forma como as empresas entendem o sobre conceito de letramento social, a Empresa 3, por exemplo tem uma compreensão do tema e reconhece sua importância para a inclusão, já a Empresa 2 não faz conhecimento do termo inclusão e como colocá-la em prática, por fim, a Empresa 1 não tem um conhecimento aprofundado sobre o assunto, mas conhece sua importância. Os desafios apontados indicam que a inclusão vai além de apenas contratar pessoas com deficiência, ela exige preparação da instituição, formação adequada dos funcionários e conhecimento sobre políticas públicas e práticas de letramento social, que ajudam a promover autonomia e participação plena no ambiente de trabalho.

De modo geral, os dados analisados nos três quadros mostram que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho em Colinas-MA ainda é pouco difundida, desigual e pouco estruturada entre as empresas locais. Percebe-se que, embora algumas organizações tenham ações pontuais, como adaptações físicas ou contratações isoladas, a maioria não possui políticas formais de inclusão nem programas contínuos de capacitação. Isso revela uma diferença entre o discurso de inclusão e as práticas reais das instituições. A pouca presença de trabalhadores com deficiência e a falta de estratégias bem definidas indicam que a inclusão ainda não é vista como um compromisso permanente das empresas.

Além disso, as diferentes interpretações sobre o letramento social mostram que esse conceito ainda não está totalmente incorporado como uma ferramenta importante para promover autonomia, participação e permanência no trabalho. Enquanto uma das empresas reconhece sua importância, as demais demonstram desconhecimento ou uma compreensão superficial do tema, o que dificulta a criação de ambientes verdadeiramente inclusivos. Esses resultados reforçam que incluir pessoas com deficiência vai além de apenas contratar; é preciso preparo por parte das organizações, investimento em capacitação, conhecimento das políticas públicas e práticas de letramento social que ajudem na integração completa dessas pessoas no ambiente de trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar como se constitui os letramentos sociais para inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho em Colinas – MA, com essa pesquisa, foi possível identificar alguns pontos importantes sobre os desafios que ainda existem, tanto na estrutura quanto na sociedade e na que dificultam a participação plena dessas pessoas no ambiente de trabalho.

Os resultados da pesquisa mostram que o letramento social é uma ferramenta bastante importante para ajudar na inclusão no mercado de trabalho. Ele ajuda a promover a autonomia, melhora a comunicação e incentiva a participação no ambiente profissional. Ao analisar os dados das instituições consultar a literatura percebe-se que as habilidades sociais são essenciais pelas empresas estão mais comprometidas com a inclusão, mesmo que na prática elas sejam usadas de formas diferentes. Embora o estudo não tenha avaliado diretamente a experiência das pessoas com deficiência, os resultados reforçam que o letramento social é visto pela literatura como um fator que ajuda na compreensão das regras da empresa, na convivência no trabalho e na construção de relações profissionais mais seguras e participativas.

Nos estudos realizados em Colinas–MA, percebemos que os desafios para incluir mais pessoas no mercado de trabalho estão ligados às limitações das próprias instituições e à estrutura do município, que é mais interiorano. Muitas empresas ainda não têm políticas internas bem estruturadas para promover a inclusão, além de oferecer poucas oportunidades de capacitação e de divulgar práticas inclusivas ou de promover o letramento social. Isso faz com que a inclusão aconteça de forma ainda muito inicial por aqui. Embora a legislação brasileira seja um avanço importante, os resultados da pesquisa, junto com o que já é discutido na literatura, mostram que obstáculos como atitudes preconceituosas, uma compreensão limitada sobre o tema e a falta de ações de formação contínuas dificultam a construção de processos de inclusão mais efetivos e duradouros na nossa região.

Nesse contexto, o letramento social aparece como uma estratégia importante para ajudar a vencer muitas dessas dificuldades. Ele não só contribui para o desenvolvimento das habilidades comunicativas e sociais, mas também fortalece a autoestima, a autonomia e a participação cidadã. Além disso, ajuda as pessoas com deficiência a entenderem melhor os códigos sociais do trabalho e amplia suas chances de participar ativamente e de forma qualificada no mercado.

Por fim, destaca-se que é fundamental promover ações conjuntas entre escolas, empresas, órgãos públicos e a sociedade em geral. Só com esforços integrados será possível criar condições reais para a inclusão, valorizar a diversidade e assegurar que as pessoas com deficiência possam viver e trabalhar com dignidade. Este estudo reforça que investir em letramento social e em políticas inclusivas eficazes não é apenas uma questão de educação, mas também um compromisso ético e social para construir uma sociedade mais justa, acessível e humana.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Paula; FARIAS, Luciana. Inclusão escolar e desafios contemporâneos na educação básica. **Revista Educação e Diversidade**, v. 10, n. 2, 2022.
- BORGES, Renato; ALMEIDA, Júlia. Capacitismo e inclusão profissional: desafios no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos de Educação Inclusiva**, v. 8, n. 1, 2024.
- BORTOLINI JÚNIOR, A.; PEREIRA, M. E. S.; COLETI, J. C. **Pessoas com deficiência – PCDs no mercado de trabalho: a essencialidade da inclusão social**. Research, Society and Development, v. 13, n. 7, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 05 dez. 2025.
- CARVALHO, Denise; SANTOS, Roberta. Políticas públicas e inclusão em municípios de pequeno porte. **Revista Políticas Educacionais**, v. 15, n. 3, 2020.
- CASTRO, S. S. et al. Deficiências e desigualdades sociais relacionadas entre adultos: um estudo populacional na cidade de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 4, 2024.
- CLARO, T. C.; RODRIGUES, L. S. Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: aspectos, perspectivas e dificuldades no processo de recrutamento e seleção. **Interface Tecnológica**, 2023.
- COSTA, Viviane; MENDES, Fábio. Formação docente e práticas inclusivas na educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Educacionais**, v. 26, n. 1, 2024.
- DUARTE, Luís; NOGUEIRA, Maria. Letramento social e participação cidadã: perspectivas contemporâneas. **Revista Linguagem & Sociedade**, v. 33, n. 4, 2021.
- DINIZ, Débora. **O que é capacitismo**. São Paulo: Brasiliense, 2021.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.
- GARCIA, Vinícius Gaspar; MAIA, Alexandre Gori. Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho no Brasil: desafios e desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1–20, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LIMA, Ana; FARIAS, Vanessa. Capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho. **Revista Trabalho e Sociedade**, v. 12, n. 2, 2022.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Capacitismo: da opressão às possibilidades de resistência. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 1–15, 2020.

MENDES, Carla; CASTRO, Fernanda. Capacitismo e relações de trabalho: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Inclusão Social**, v. 6, n. 2, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

MOURA, Ana Paula; PINHEIRO, Carlos Eduardo. Letramento social e inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Educação e Sociedade**, v. 44, n. 1, p. 1–22, 2023.

OLIVEIRA, Bruna; RAMOS, Hélder. Letramento social e empregabilidade de pessoas com deficiência. **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 1, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Emprego e inclusão das pessoas com deficiência**. Genebra: OIT, 2021.

REIS, A. B. et al. Inclusão da pessoa com deficiência: análise de empregabilidade. **Revista Laborare**, v. 5, n. 1, 2021.

RIBEIRO, Ana Lúcia; BATISTA, Marcos Vinícius. Letramento social e participação cidadã: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1–18, 2022.

ROCHA, Fernanda; ALMEIDA, José Carlos. Letramento social e autonomia no contexto do trabalho. **Revista Educação em Debate**, v. 42, n. 3, p. 35–50, 2020.

ROCHA, Tânia; ALMEIDA, Sérgio. Letramento social e autonomia: reflexões sobre inclusão. **Educação em Debate**, v. 40, n. 2, 2020.

SOUZA, Gabriela; MARTINS, Diego. Políticas inclusivas e contextos locais: desafios e possibilidades. **Revista Sociedade & Território**, v. 16, n. 1, 2024.

SOUZA, S. T. de et al. Inclusão da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho: aspectos históricos e legais. **Revista Educare +**, v. 17, n. 1, 2022.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola, 2021.